



## **CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE**

Ata da reunião de 28 de outubro de 2020

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

### *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro*

O presidente do Instituto Pereira Passos deu início à reunião e passou a palavra para Daniel Mancebo, Coordenador geral do Escritório de Planejamento na Prefeitura do Rio de Janeiro.

- Daniel Mancebo: Já tivemos alguns outros encontros, então é interessante que vocês conselheiros e, enfim, equipe do IPP, tá acompanhando este processo de construção e, agora, já na reta final, conforme vocês verão, o Decreto que regulamenta o Plano finda agora em dezembro. Na realidade ele findava em julho, mas em função da pandemia do novo coronavírus, houve uma postergação do prazo de entrega do PDS e, portanto, o novo prazo é dezembro. Então é com muito prazer, muita satisfação, como técnico da Prefeitura de muitos anos, poder estar aqui apresentando esse resultado conclusivo do Plano para todos aqui, que vieram acompanhando esse processo. Então eu vou compartilhar aqui a minha tela.

- Então, como eu falei, já tive duas oportunidades, se não me falha a memória, de estar aqui conversando com vocês sobre o Plano e agora com uma tônica de fechamento, de fato, com a entrega final do Plano. Vou falar rapidamente sobre a questão da estrutura conceitual, para rememorar a todos, mas o Plano de Desenvolvimento Sustentável é um plano que tem como objetivo fortalecer os instrumentos de planejamento da cidade. especialmente fortalecer o planejamento central em articulação com as diferentes áreas da Prefeitura e se baseia numa estrutura de planejamento, passando pelo próprio Plano de Desenvolvimento Sustentável, Plano Diretor e Planos Setoriais e o Planejamento Estratégico, no arcabouço de Planos.

- E, na verdade, o Plano de Desenvolvimento Sustentável é um plano para trinta anos, visando aspirações para trinta anos e metas e ações para dez anos, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. E se baseia em três tipos de planejamento de dez anos e, obviamente, seguindo o lema da ONU de não deixar ninguém para trás, que é um lema muito potente e importante para a cidade, em função das grandes desigualdades que tem.

- O plano vem se desenvolvendo desde 2017. Houve uma série de encontros técnicos, participativos, de elaboração do Plano. Temos um comitê de planejamento central, que é o comitê de planejamento e desenvolvimento sustentável, que reúne mais de 40 órgãos do municípios e também a câmara metropolitana. E esses órgãos se reuniram sistematicamente para desenvolver os aspectos bases relativos a diagnósticos, avaliações da cidade, dos grandes desafios a serem enfrentados no longo prazo, considerando que esse é um plano cujo interesse é que ele perpassa gestões, que ele de fato possa alavancar e encadear políticas que não são esgotadas numa única gestão.

-A gente sabe que os grandes desafios da cidade são muito profundos e, portanto, não conseguem ser esgotados em uma única gestão. Neste ano agora de 2020 nós estivermos em um processo intenso de consolidação, que vocês vão ver um pouco mais adiante, para que a gente conseguisse chegar na versão final, mesmo nesse contexto da pandemia, que impactou muito as diferentes atividades, como todos sabemos, mas foi um processo muito intenso de compilação final de toda essa construção que se desenvolveu ao longo dos três últimos anos.

- Nós, inicialmente no plano, começamos a trabalhar em "caixinhas setoriais", mas depois vimos que, na realidade, não é esse o foco do planejamento de longo prazo. O foco devem ser os grandes temas transversais e esse amadurecimento da visão se deu a partir da discussão de diferentes fóruns, inclusive no conselho de informações. E a gente é bastante grato pela discussão realizada. Então, nós chegamos a cinco grandes temas de trabalho: mudanças climáticas e resiliência, igualdade e equidade, cooperação e paz, longevidade e bem-estar e Governança. Todos eles, de uma certa forma, articulados aos 17 ODS. A estrutura do plano se subdivide dos grandes temas, que são essas cinco esferas, passando por aspirações, estratégias, metas e ações. E a proposta é que de fato, as metas, assim como são na Agenda 2030, que elas possam ser mensuradas, monitoradas e acompanhadas pela população e pelo próprio Poder Público, para que a gente possa estar avaliando sistematicamente e até fazendo revisões e direcionamentos mais adequados das políticas.

- Importante ressaltar que a gente concluiu o primeiro relatório de monitoramento ainda no relatório inicial, que a gente concluiu em fevereiro deste ano, da Agenda 2030, que foi publicizado junto à ONU-HABITAT, o evento mundial, em Abu Dhabi e, portanto, a gente já segue na linha do monitoramento da Agenda, agora que será aperfeiçoado com a pactuação final dos indicadores, de acordo com o acompanhamento, que é o que o plano traz.

- Alguns números da versão final: o Plano possui 134 metas com horizontes para 2030. Todas as metas têm como objetivo serem alcançadas em 2030, assim como são as metas dos ODS e as suas diferentes ações (são mais de 900) se subdividem, pois cada uma tem seu marco temporal que foram compactados em 2022, 2026, 2029 e algumas, que na realidade são ações de rotina, mas que são na verdade, muito importantes também, do ponto de vista de muitas vezes uma revisão de processos de rotina, uma nova organização, do ponto de vista de governança. Então mesmo as ações de rotina também são bastante importantes no ponto de vista dessa linha temporal de implementação do Plano. Os marcos foram escolhidos após bastante discussão dos Órgãos Técnicos e eles têm uma relação até com a viabilidade da implementação de determinadas políticas. Por exemplo, para que uma meta seja mais ambiciosa que outras, ela precisa começar já nos próximos dois anos, sob pena de a gente não conseguir concluí-la no prazo de dez.

- Aqui vocês podem ver as subdivisões entre as cinco grandes áreas e há um foco muito importante, muito grande, para a Igualdade e Equidade no Plano. Há 41 metas relacionadas à essa parte. Longevidade e Bem-estar e Governança vêm logo a seguir: Governança com 32 metas e Longevidade com 27. E, por fim, Mudanças Climáticas com 18, Resiliência com e Cooperação e paz com 16. No entanto, é importante também entender que o plano é muito transversal, então as áreas falam entre si. Quando a gente está falando de questões climáticas, por exemplo, a gente está falando, desde a governança, então tem aspectos importantes da governança, até igualdade e equidade, que se refere ao atendimento aos mais vulneráveis, que são impactados pelas mudanças climáticas. O mesmo acontece com todas as outras áreas do Plano.

- Ao longo de todo esse processo, houve uma série de treinamentos, divulgações na mídia de eventos, de articulações e, inclusive de captação de recursos não financeiros, mas recursos técnicos para a implementação de algumas linhas de ação do Plano e isso, para nós, é bastante relevante, ainda mais em um período de grave crise financeira e econômica do Município. Ter acesso à essas linhas de apoio técnico foi bastante importante para a gente poder aprofundar determinados aspectos do Plano em linhas inovadoras de gestão, inclusive. Dou como exemplo aqui, um projeto que a gente vai concluir

agora em Dezembro, que é de implantação de uma usina solar no Aterro de Santa Cruz. Isso é bastante relevante do ponto de vista social, econômico e ambiental, não só pela questão de emissões, mas principalmente pela questão do pacto também nas contas do Município, no que se refere à redução dos gastos de consumo de energia elétrica que chegam a beirar 400 milhões/ano. Então um projeto dessa natureza permite que haja uma redução desses custos, uma linha de inovação, no ponto de vista de governança e de energia, no Município se colocar como player de energia e conseguir negociar melhor os preços, enfim... tem um caráter bastante inovador, assim como vários outros que o plano vem desenvolvendo.

- Ao longo do processo tem alguns marcos importantes como a instituição do Decreto de 2019, que institui o Programa Cidade Pelo Clima, uma governança climática que foi premiada, inclusive, pelo CDP, e também vem sendo bastante reconhecida no âmbito do C40, que são mais de 90 cidades que têm como foco o combate às mudanças climáticas. Temos alguns outros decretos já de desdobramento do plano. Então, por exemplo, o compromisso de ruas verdes e saudáveis assinado pela cidade. Então há toda uma linha de trabalho bastante intensa, ao longo desses últimos anos e que reverbera, que vem, principalmente, em função de alguns compromissos pactuados junto a algumas entidades. Então, o caso de a cidade estar comprometida com a neutralidade de emissões em 2050, fez com que a gente conseguisse um apoio importante da C40, no que se refere ao detalhamento de metas e ações; estudos técnicos que embasem as propostas de planejamento; estudos, por exemplo, de cenários de expansão urbana da cidade, que foram feitos; cenários de emissões de gases de efeito estufa, que a cidade foi apoiada, enfim...

- E na área, por exemplo, que o Município se comprometeu com a questão dos ODS, a gente também vem recebendo um apoio muito forte, muito significativo da ONU-Habitat, que também trouxe uma série de suportes, do ponto de vista de articulação com a população, engajamento no processo de participação do plano e uma série de outros apoios.

- E aí, essa questão da participação, para nós, foi um ponto muito central. A gente quis que, desde o começo, a gente mudasse um pouco os paradigmas de desenvolvimento de planos. Em geral, muitas vezes o plano é concluído para depois ser apresentado à população e ser discutido com ela. E a gente fez diferente: a gente entendeu que, na realidade, a participação deveria começar junto, desde o início e, a partir desse processo de participação, que houvesse, portanto, os desdobramentos do próprio plano. E assim foi feito.

- Nós começamos o processo de participação social em 2018, inclusive pela internet. Então a gente teve um engajamento online de quase 10 mil cidadãos, em diferentes ondas e campanhas. Tivemos mais de 30 mil alunos envolvidos em atividades relacionadas a essa construção do plano, e essa foto demonstra muito como é que foi esse processo. Foi um processo de construção muito coletivo, muito bacana, em diferentes cantos da cidade. Houve uma série de reuniões e encontros que engajassem os cidadãos. e eu vou falar um pouco mais sobre isso para vocês adiante.

- Também tivemos workshops especificamente mais técnicos e com muita participação, não só dos técnicos da Prefeitura, mas de entidades e especialistas de dados. Aqui tem algumas fotos de alguns workshops que trouxeram também insumos bastante interessantes e importantes para o Município. Especificamente sobre a participação social, nós lançamos a participação online em 2018: foi o Participa.Rio. Lançamos algumas ondas de participação da primeira campanha. Posteriormente, agora em 2020, o Programa de Reflorestamento também lançou uma campanha de participação. Então o objetivo do Participa, que foi uma das primeiras entregas do Plano, é ser uma ferramenta que possa aproximar o cidadão das decisões da Prefeitura, que possa ser um instrumento utilizado em consultas relativas a projetos, a planos, a iniciativas relacionadas ao planejamento. Nós ficamos muito absortos com a questão do Plano de Desenvolvimento Sustentável, que envolve várias ondas de participação nesse sentido e, agora, recentemente em junho, com a campanha de reflorestamento.

- Nós também, nesse contexto, fizemos uma série de materiais interessantes para engajar diferentes públicos. Aí está o Susteco, que é o nosso personagem que engaja e fez parte dessa construção, principalmente com as crianças e adolescentes da rede de educação. Além disso, tem uma série de outros documentos que foram gerados, como dados, ações representativas da cidade, informações de infográficos, que até professores e outros profissionais podem também utilizar para trabalhar. Houve 4 ondas no total, todas já concluídas. Os resultados estão disponíveis na ferramenta. Infelizmente, em função do período eleitoral, esses resultados e esses materiais estão fora do ar. Foi uma orientação, se não me engano, do Tribunal Eleitoral, que sites, materiais e áreas externas ao público estivessem fora do ar no período eleitoral. Mas assim que acabar o período eleitoral ele volta com todas as informações relativas ao processo como um todo.

- Aqui há alguns outros materiais como infográficos, vídeos com especialistas e jogos também. Então é importante agradecer e mencionar a parceria com a MultiRio, não só nas cartilhas mas nas artes e também nos jogos que foram lançados e também engajaram jovens nesse processo de construção. Jogos que têm uma temática relativa à sustentabilidade. Houve uma série de encontros e aí eu vou falar um pouco da metodologia que nós adotamos para o envolvimento das pessoas. Mas houve uma questão importante que foi 'como que nós vamos sair do engajamento mais técnico para o cidadão na ponta e até as crianças?'. Então nós pensamos e construímos esse processo de engajamento através de ondas também junto com a Secretaria de Educação, uma grande parceira nesse processo. Nós iniciamos com uma capacitação, com o apoio da ONU-Habitat, de mais de mil e trezentos técnicos da prefeitura sendo que, desses, mais de mil professores, que foram capacitados na Agenda 2030, discutiram possibilidades e soluções a partir dessa capacitação que foi realizada em março de 2019.

- Logo após, já havíamos pactuado também com educação, o ano da sustentabilidade, inclusive com o calendário específico no período letivo para que os professores pudessem apresentar junto com seus alunos os seus trabalhos. E nessa semana da sustentabilidade, que foi realizada em junho, os professores também iniciaram um processo de engajamento dos alunos, de construções de propostas, trabalhos etc, que foram apresentados em junho e também no segundo semestre, e que culminaram, no final do ano, nos encontros presenciais, onde nós tivemos, num primeiro momento, os responsáveis, que para a gente foi super valoroso esse encontro porque nós estivemos em vários bairros da cidade com representantes dos Conselhos Comunidade e Escola. Então, ou seja, ali estava um responsável representando a sua comunidade escolar, além do envolvimento dos alunos, que eu vou falar um pouco mais adiante.

- Essa foto, por exemplo, da direita é uma foto lá em Santa Cruz, num lugar bastante importante, emblemático. A gente teve encontros bastante cheios, com muita energia. Com o apoio da C40 e da ONU-Habitat, a gente adotou metodologias diferentes de engajamento, onde os cidadãos puderam contribuir com propostas, soluções. e chegamos a mais de mil e quinhentas soluções e propostas levantadas em diferentes áreas do Plano, como vocês podem ver nesse gráfico. Esse menino simpático que está aí à esquerda foi quem sugeriu o nome do Susteco. Houve um concurso também da rede de educação, que aconteceu ao longo do ano de 2019. Então o Susteco veio por sugestão dele. Aí ele ganhou o concurso local, depois foi para um concurso municipal e ele conseguiu a escolha do nome e ficou muito feliz e contente nessa foto. E uma série de projetos e propostas pedagógicas foram realizadas até a gente chegar em novembro com o envolvimento dos pais e responsáveis dos alunos nesses encontros presenciais.

- E o ápice do processo foi realizado no dia 8 de novembro do ano passado, no Dia Mundial do Urbanismo, onde a gente, em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU - UFRJ, implementamos uma atividade por adesão nas escolas municipais e com os alunos. Houve uma adesão de 750 escolas do Município. Acho que alguns de vocês sabem, mas a Rede Municipal é muito capilarizada no território: são mais de 1500 escolas do Município e metade delas aderiu à essa

atividade, e mais de 20 mil trabalhos foram analisados através dessa parceria nossa, lá do Escritório de Planejamento, pela Subsecretaria de Planejamento com a Secretaria de Educação e a UFRJ.

- Cada trabalho das crianças foi analisado e tabulado. O que eu acho mais incrível de tudo é que a gente tem todas essas informações organizadas, tabuladas, analisadas do ponto de vista da leitura que a criança tem do território e dos interesses que ela tem para 2030 e 2050, porque foi essa a atividade. Todos georreferenciados. Então é de uma potência essa avaliação, e de uma riqueza que sensibilizou a todos do Escritório de Planejamento, a todos os envolvidos pela UFRJ, pela Secretaria de Educação, porque são comoventes os desenhos e as propostas. Eu acabei nem falando aqui, mas o objetivo dessa atividade era que a criança fizesse, em um primeiro momento, a leitura da situação atual do seu trajeto casa-escola e, num segundo momento, de como que ela gostaria que fosse. E, a partir disso, foram criadas categorizações de interesses e, portanto, em cima dessas categorizações, chegou-se a um quadro-geral da cidade, por região. E como foi feito por Regional da Educação, vocês vão ver uma divisão aí, que são as 11 Coordenadorias Regionais de Educação. Portanto, chegamos a uma avaliação de cada uma das Regionais a partir da visão do aluno.

- E houve uma representatividade muito interessante no território também, uma boa capilaridade e uma boa distribuição territorial. Obviamente que algumas tiveram maior adesão que outras, mas foi um trabalho fantástico, belíssimo e muito pragmático, do ponto de vista de que essas propostas viraram contribuições e entraram no Plano. Não é o foco aqui a gente entrar em detalhes, mas temos isso tudo catalogado, organizado e registrado. Inclusive já foram feitos alguns Webinars falando sobre isso, inclusive com as professoras Vera Tângari e Gisele Medeiros, que são da FAU e que apoiaram fortemente essa elaboração. Houve um sucesso tão grande nesse processo, que a proposta é que a gente até faça, de maneira recorrente, esse tipo de atividade, para que a gente possa ter uma análise, ao longo do tempo, dessa percepção e dessas perspectivas das crianças e adolescentes sobre a cidade e sobre o planejamento.

- Chegando aqui, depois de todo esse processo de construção com especialistas com as crianças, com a população em geral, ao longo desse ano de 2020, nós entramos em um processo de consolidação de todo esse material: de levantamento de ajustes das metas, ações, aspirações, para que o Plano pudesse contemplar todos os olhares que passaram por ele.

- E aqui eu vou passar, não muito detalhadamente, em função do tempo, mas eu vou mostrar a estrutura mais macro do Plano para que vocês possam ter conhecimento. Na área, por exemplo, de Cooperação e Paz, existem 3 aspirações, cada uma delas se subdivide em Estratégias. E cada estratégia tem as suas respectivas metas. Então como exemplo a questão da cultura da paz: ela é subdividida na convivência cidadã e na redução de violências e tem as suas respectivas metas, que entram mais no detalhe de qual é o objetivo a ser alcançado até 2030.

- Em relação a Igualdade e Equidade, a maior e mais densa área do plano temos, por exemplo, temos aspirações que iniciam-se com a primeira infância, a questão do ensino de qualidade, juventude e jovens em situação de vulnerabilidade, a inclusividade e a diversidade, a questão do esporte, da cultura e do patrimônio cultural e na economia e inovação. Portanto, vocês veem a transversalidade do plano e como ele é representado nas suas diferentes áreas. Então por exemplo, no caso da inclusividade e diversidade, a gente tem duas estratégias: a questão da desigualdade social e da garantia de direitos e também a questão da igualdade de gênero, raça e diversidade.

- Em longevidade e bem-estar nós temos seis aspirações. Elas começam na LB1: alimentação saudável e produção agroecológica; espaços públicos arborizados; pessoas idosas e integração geracional; infraestrutura, moradia e transporte; saúde de excelência e desenho urbano e mobilidade ativa. E aí a gente pode perceber, por exemplo, a questão da LB4, que é infraestrutura, moradia e transporte, uma aspiração muito densa e importante, assim como muitas outras são, mas que tem três

estratégias: infraestrutura urbana básica (questões como saneamento entram nessa área); direito à moradia (aspectos relacionados à habitação) e transporte público integrado (transportes de massa). E assim começamos a ver mais os detalhes setoriais através do nível das estratégias e também das metas e ações.

- Na área de Mudanças Climáticas e Resiliência, nós temos quatro grandes aspirações: uma relacionada a resíduos sólidos; outra relacionada a resiliência cidadã e das instituições; a questão da neutralidade em carbono e os ativos ambientais e toda a questão de áreas verdes, principalmente, mas também áreas costeiras, rios e importância de águas.

- Na questão da cidade neutra em carbono, por exemplo, a gente tem uma estratégia que é o fomento à tecnologias limpas; a importação de uma zona de emissão neutra em carbono, que é na área central e a economia verde circular, também no incentivo, por exemplo, ao aumento dos empregos verdes na cidade.

- Na área de Governança a gente tem quatro grandes aspirações e é fundamental para que a gente possa adentrar, como Prefeitura, certos temas que muitas vezes não são vistos como relevantes ou até de nossa competência, mas que o Município, como um dos implementadores dessa Agenda, precisa, muitas vezes, adentrar para conseguir avançar.

O

- Planejamento de Ação Climática está inserido nesse contexto do Plano e obviamente ele não está somente em Mudanças Climáticas e Resiliência, na área que a princípio poderíamos entender que estaria. O Planejamento de Ação Climática perpassa, principalmente, as áreas de Longevidade e Bem-estar, a própria Mudanças Climáticas e Resiliência e a Governança, tratando de aspectos, por exemplo em Governança, um planejamento integrado ao clima. Ou, na área de Longevidade e Bem-estar, a questão da alimentação e produção agrícola e da redução do espraiamento da cidade, uma maior densificação e redução de deslocamentos no Município.

- E como que os ODS dialogam com o Plano? Em geral a gente vê, somente nas apresentações, as caixinhas dos ODS e qual é a relação delas com o Plano, mas elas estão aqui, como vocês vão ver. Vou até passar rapidamente sobre elas, mas o nosso foco foi entrar muito profundamente na Agenda. Então as mais de 169 metas da Agenda 2030 estão representadas no Plano e têm alguma relação, direta ou indireta, com metas definidas no Plano. E aqui vocês vão perceber que vários ODS dialogam com as aspirações. Então isso é um pouco também da tônica da Agenda. É uma Agenda que é muito transversal, portanto as caixinhas não se encerram nos seus devidos temas. Então, participação social na agenda pública, por exemplo, tem uma pegada muito importante do ODS 16. No caso específico de infraestrutura, a temática do saneamento está muito presente nessa aspiração. Então a ODS está aqui relacionada. A questão da saúde pública de excelência que é iniciativa clássica da saúde, está com o ODS 3 muito marcado.

- Estamos concluindo o plano nesse dia 30, na versão que será diagramada. E a previsão é de estarmos publicando no início de dezembro e temos um exemplo de uma das fichas do plano, em que fazemos a relação com os ODS.

- Para o plano ser muito mais claro para a população, buscou-se territorializar ao máximo e como vocês sabem, a equipe é multidisciplinar que se complementaram nessa análise e também fortemente com o apoio das secretarias e dessas áreas territoriais. Definimos 4 eixos de atuação do plano denominados por cores. Os corredores marrons representam o adensamento urbano de forma concentrada. Corredores verdes com incentivos de arborização urbana, mas de interconexão entre áreas preservadas. Corredores azuis de proteção às águas. E os laranjas que estão ligados aos aspectos

sociais para redução das desigualdades. E enfim, uma série de projetos também foram levantados para natureza, educação, saúde, planejamento e meio-ambiente.

Presidente Amêndola: Tendo em vista a natureza desse plano e a sua importância, houve de certa forma, algum tipo de relação institucional dos vereadores? Houve algum contato com a Câmara?

Daniel Mancebo: Sim, houve. Nós apresentamos dados da arte até então naquele momento. E ao mesmo tempo, o Ministério Público vem acompanhando essa construção, sistematicamente. Inclusive representantes estiveram em alguns dos nossos workshops, trabalharam juntos e para nós isso é muito importante para o fortalecimento do próprio plano.

Sérgio Besserman: O IPP tem uma tradição raríssima no Brasil de estudar a questão climática, mas ainda estamos na fase dos planejamentos e das metas quando já se exige um pouco de planejamento objetivo. Não é uma cobrança, mas está na hora de começar. O meu ponto é o planejamento efetivo, não das ideias que o Daniel apresentou, mas exige muito conhecimento, não há dinheiro para tudo. É preciso avançar no conhecimento. Como está a integração entre os trabalhos e o convênio com a NASA, as áreas de inundação e as novas etapas desse convênio com o plano? E como é que se pensa nesse contexto a interação democrática da sociedade com os territórios para discutir o que tem que ser feito?

Daniel Mancebo: Na parte do seu entendimento, o IPP realiza um trabalho fantástico. Inclusive o IPP vem acompanhando de uma maneira muito próxima esse desenrolar. Eu acho que tivemos uma oportunidade muito bacana ao longo desses últimos anos por conta dos apoios que a cidade pôde ter. Muito detalhado do ponto de vista de propostas especialmente identificadas, análises com certo cuidado e rigor, baseada em dados que a cidade já tem, em função dessa liderança que o IPP apresenta. Junto com o Rio, outras 8 cidades da América Latina estão desenvolvendo seus planos climáticos. E a questão sempre colocada foi o nível das bases que a nossa cidade tem.

- A gente publicou a governança climática no ano passado e você tem quase um quadripé de órgãos relacionado a essa questão; o planejamento, o IPP, o meio ambiente e o Centro de Operações. Isso é um grande ganho para a cidade.

- Em relação ao engajamento da população, partimos de uma premissa que é o envolvimento da Secretaria de Educação na articulação dos territórios. Quando fizemos a discussão com a população, precisamos da sensibilização do líder da comunidade, entendendo que ele está representando uma coletividade. Foi um caminho que trouxe muito retorno em termos de possíveis desdobramentos. A questão climática foi muito detalhada e discutida com diferentes órgãos e os workshops trouxeram os parceiros externos. Ficou uma agenda muito clara na cabeça dos técnicos, principalmente da necessidade de estar revendo seus projetos em relação às questões climáticas. Obviamente que em algumas áreas temos uma deficiência de dados muito importante. Tem uma série de estudos já em decorrência do plano. Estamos desenvolvendo o plano, mas não estamos esperando ele estar pronto para trabalhar nas diferentes linhas de implementação que já são claras.

Carlinhos: A princípio, a cooperação com a NASA será renovada no final do ano. O prefeito, com o apoio do presidente Amêndola, assinou o termo. Então teremos mais cinco anos de desenvolvimento de trabalho.

Jailson de Souza e Silva: Efetivamente, o Rio de Janeiro, assim como outras cidades, tem um grande desafio que é a questão da continuidade de política. A princípio, um plano construído dessa forma, com intensa participação e envolvimento de técnicos, apresenta um grande desafio de como é que a gente faça com que o plano vá para além da gestão e do governo e, ainda, que possa ser pensado em uma perspectiva global. Existe alguma estratégia de aprovar o plano na Câmara de Vereadores para



ajudar na garantia desse processo? Mesmo que o plano venha sofrer algum tipo de alteração, ele precisa ser reconhecido como uma base para essa construção de planejamento estratégico até 2050. E como a favela foi pensada nesse plano? A forma como a favela é concebida no plano define também as políticas que podem ser construídas nela. Eu gostaria de ouvir falando um pouco mais sobre isso.

- E outra questão, por fim, a questão que o Sergio Magalhães sempre fala há muitos anos e eu concordo plenamente, é o equívoco que se comete no Rio de Janeiro. Em vez de aproveitar a região da Leopoldina, a região suburbana em geral para fazer um processo de investimento, principalmente em moradias, você amplia cada vez mais a oferta desse tipo de serviço, moradia, por exemplo, para as áreas mais espalhadas da cidade e que requer um novo tipo de infraestrutura. Você gasta muito mais para manter, o custeio da cidade se torna muito maior por falta de uma visão. E se criam empreendimentos específicos que só fortalecem o poder da milícia. Pensar em novas alternativas habitacionais, mais reduzidos, mais localizados, em áreas mais centrais. Termina se espalhando a cidade, aumentando custo e ainda permitindo que a milícia se aproprie desses territórios e defina as regras. Eu gostaria de ouvir um pouco mais você falando das favelas no plano e como elas são colocadas. Desculpe se me alonguei demais.

Daniel Mancebo: Vou começar com a parte de planejamento de estado. A gente tem essa preocupação, que o plano, de fato, para que ele seja perpassado, independente da gestão ele tem que cumprir certos requisitos. O primeiro que a gente tentou abarcar bastante foi um forte envolvimento técnico, das áreas técnicas, diferentes funcionários da prefeitura, acho que isso é muito importante para permear o plano. Eu te digo com muita felicidade que a gente teve no decorrer desse processo todo uma ótima receptividade das áreas técnicas até o final. O IPP está aqui, não vai me deixar mentir, a gente está em uma loucura pedindo detalhamento de marcos, de indicadores, fechando propostas, etc. E os órgãos estão muito parceiros e muito junto. Acho que esse é um ponto bastante importante.

- Acho que o outro ponto foi o envolvimento da população no sentido de que, é um pouco clássico isso, mas acho que é super relevante e pertinente, mas a questão de que o envolvimento e o conhecimento geram uma possibilidade de cobrança também para os próximos gestores em relação ao processo, eu acredito muito nisso. Apesar de termos uma cultura de participação e planejamento no Brasil muito fragilizada, eu acredito muito nesse movimento e acho que foi muito potente isso que aconteceu. Agora, obviamente que a gente não pode ser ingênuo, temos que ter algum instrumento normativo, legal. Então, a gente vem desde o final do ano passado, a gente foi chamado para um opinamento relativo a um projeto de lei que institui uma comissão municipal específica dos objetivos de desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo define um plano, uma série de instrumentos normativos relacionados aos ODS. Então, eu acho esse um caminho muito importante, a gente inclusive abraçou essa minuta como veio de autoria do legislativo, mas a gente entende que é uma minuta importante, consistente. Então, acho que esse é um caminho, que a gente está batalhando ainda, tivemos recentemente com a procuradoria, enfim, alguns ajustes, tecnicamente, da legislação para que a gente possa tentar o seu encaminhamento à Câmara, esse é um caminho que a gente está tentando.

- Um outro importante é inserir no hall dos instrumentos da lei orgânica, e isso a gente está tentando também através de um projeto de emenda, a lei orgânica, já pronto, elaborado e ainda a ser encaminhado ao legislativo. E, por fim, que eu acho que é o mais imediato que a gente pode trabalhar, a nossa previsão é publicar o plano na forma de um decreto. Então, a gente está seguindo prazo do decreto, que é até dezembro. A nossa pretensão é publicar o plano em um decreto e buscando a aprovação junto a Câmara das propostas legislativas posteriores. A gente sabe que o processo de discussão na Câmara também é longo, às vezes demora um pouco mais que a gente imagina. A gente tem isso no radar, achamos bastante importante e pertinente.

- O outro ponto que você falou, da questão da favela, como as favelas estão colocadas no plano. A gente teve uma preocupação muito grande nesse sentido porque, como eu falei na apresentação, a

área mais densa do plano é igualdade e equidade. A gente não poderia deixar de perceber com a importância que é devida. A gente sempre tentou espacializar, a questão dos corredores laranja vem muito nesse sentido de dar visibilidade a essas áreas necessárias para uma priorização das ações. A gente tentou colocar também nas metas e nas ações menções explícitas a essas áreas mais vulneráveis, estou falando aqui de vulnerabilidade em vários aspectos, social, ambiental, climático, etc.

- A gente tentou deixar muito explícito isso e foi muito impactante ver os dados de diagnóstico, de análise. Por exemplo, você citou o caso da arborização. De fato, como falei na apresentação, a gente fez um levantamento de todas as copas de árvore do município e é chocante a baixíssima cobertura. A Maré é uma das áreas que se destaca negativamente, fortemente, Realengo, por exemplo, também, várias áreas da Zona Norte e da P5 se colocam de maneira muito ruim de cobertura. Ao mesmo tempo, a gente utilizou dados para indicação de prioridade, a gente usou dados de temperatura de superfície.

- Chegamos às conclusões que obviamente já sabemos, que a AP3 e a AP5, principalmente a AP3, são as áreas mais críticas desse ponto de vista. Do ponto de vista do planejamento, eu acho que a gente precisa dar muita visibilidade a esses dados. Esse material é muito importante, muito bacana, bem diferenciado. A gente acompanha outras estratégias, de outras cidades do mundo, a gente viu que poucas cidades tem um mapeamento tão detalhado dessa natureza. Vai nos permitir futuramente até fazer comparações de evolução ou involução. Parece que o IPP está até contratando um novo infrared, a gente vai poder atualizar essas informações em breve, a partir da metodologia.

- Sobre o aspecto climático, a gente tentou trazer um olhar de redução das desigualdades também. Então, diferente dessa perspectiva que você estava apresentando antes, na realidade, a gente queria dar mais visibilidade às favelas, áreas mais frágeis para que elas não sejam, não fiquem na rabeira do processo. Porque, na realidade, se a gente for se ater ao projeto em si, a gente estava discutindo recentemente a questão da eletrificação de frota, ou seja, ônibus elétrico. Se a gente vai discutir, por exemplo, viabilidade econômica em determinadas áreas, a gente vai chegar a uma conclusão, de repente, “ah, não, só na Zona Sul vai ter”. Não é essa linha de raciocínio que deve ser trabalhada, a gente vem tratando em termos de diagnóstico, de dados, de avaliação e de sensibilização dos órgãos para essa temática, para que haja mais inclusão, inclusive nas propostas do planejamento climático para que não fique tão distante. Porque, na realidade, quando a gente vai ver as áreas mais vulneráveis, resgatando dados da estratégia de adaptação de mudanças climáticas de 2016, são as áreas mais pobres, áreas das favelas. A gente tem que ter bastante cuidado nesse sentido para que as novas ações não estejam reforçando desigualdades que já são presentes. Pelo menos isso está muito bem colocado, muito claro no plano. A necessidade da inclusão, a necessidade de olhar as áreas mais vulneráveis e mais pobres com esse olhar. E, elas estão também retratadas nos mapeamentos apresentados no plano.

Romualdo: Primeiro, parabéns pelo quase fechamento do trabalho porque eu sei que ainda vai ter muito trabalho pela frente, está muito bonito. Eu tenho curiosidade dentro das ações que estão previstas dentro do plano, se elas contemplam, isso por desconhecimento total das ações, primeiro, captação de água de chuva nos imóveis existentes. Não são nos novos projetos porque eu sei que nos novos projetos já é obrigatório ter esse tipo. Mas hoje você teria capacidade de implantar a baixo custo captação de água de chuva em quase todos os imóveis do município do Rio de forma simples. A segunda é um pouquinho mais complicada, mas seria a implantação de captação de energia solar baixa renda subsidiada por quem, por empresa geradora de energia. Ela não tem uma fuga grande nessa área de energia? Se ela subsidiasse implantação de painéis solares, ela resolveria em grande parte o problema dela, parte ambiental, econômica, fantástica. E o terceiro, se contempla também a questão do telhado verde, sendo que o telhado verde não é verde, né, é branco. São esses três pontos que eu gostaria de saber especificamente se estão contemplados dentro do plano.

Daniel Mancebo: Estão sim. Em várias partes do plano, na verdade. Em relação a questão de águas, de captação especificamente, a gente tem a previsão de um código específico de sustentabilidade de edificações que inclui esse item, assim como itens de energia solar e outras. Existe uma meta específica nessa direção da regulamentação de um código de edificações sustentáveis, código de sustentabilidade de edificações. E a ideia é que isso seja mais, que a legislação seja atualizada nesse sentido, né, de incorporar esses critérios de sustentabilidade aos imóveis já existentes. Porque é exatamente o que você falou, o parque gigantesco, se a gente já consegue fazer uma transformação desse parque nessa direção é fundamental. Não adianta a gente só trabalhar com as novas construções, então, isso está previsto.

- Outro ponto também previsto é a prefeitura liderar pelo exemplo nessas áreas de energia, de redução de consumo de água, etc. Então, os próprios imóveis municipais também adotarem técnicas de sustentabilidade, redução de gasto de papel, soluções arquitetônicas diferenciadas também, isso também está previsto. Nesse ponto da água ainda, no fim das contas a gente entendeu que a questão da água é um ponto muito relevante, a gente precisa dar muita luz, mas ao mesmo tempo tem uma série de regulamentações muito picadas na prefeitura a esse respeito. A gente entendeu que era importante ter uma consolidação, a gente pensou em um código, até, de águas específico que trate essa questão de captação, mas também o reuso, retardo, não só isso, mas outras questões relacionadas a pisos drenantes, valorização dos corpos hídricos em geral, enfim, de ter uma legislação específica dessa natureza que abarque essa questão das águas, que é tão relevante. Ou seja, está presente em vários pontos do plano.

- Em relação a telhado verde e energia solar, a mesma coisa. Elas estão muito relacionadas com esse novo modelo de construções que a cidade precisa incentivar. Inclusive, minha análise quanto a esse ponto, a gente está muito atrás em relação a outras cidades. Vira e mexe a gente é perguntado em relação a novos compromissos que a cidade quer assinar ou deseja assinar em relação a metas de sustentabilidade e, de fato, a parte de edificações a gente ainda não consegue avançar muito profundamente e se comprometer com metas muito agressivas. Por isso que a gente acha que é um passo muito importante ter o código, ter novas normativas que façam com que essas estratégias possam ser adotadas de maneira mais intensa pelas edificações. Não só isso, monitoramento também. Monitoramento de consumo de energia, gastos de água e tudo. A gente ganhou um apoio com o CNCA para desenvolver uma ferramenta de comparação de gasto de energia entre edificações. No projeto, a gente tem a perspectiva de desenvolvê-lo em duas partes. A primeira, só para edifícios públicos e a segunda para edifícios em geral. Mas a proposta é que cada cidadão possa entrar na ferramenta e se comparar em relação ao gasto de energia. Até permitir uma comparação entre usos de um mesmo bairro, de uma mesma região. A gente está com esse apoio até o final do ano, a gente vai ter uma ferramenta, mas essa ferramenta vai ser, em um primeiro momento, só para comparabilidade entre edifícios públicos, mas já vai permitir ao cidadão poder entrar, olhar o seu consumo e verificar, fazer algumas análises básicas. Mas a ideia é que a gente consiga aprofundar a ferramenta e ter mais possibilidades de comparação para chegar nesse suprassumo, que é o que outras cidades do mundo fazem, é tentar engajar através do conhecimento, da informação. Em resumo, estão previstas essas iniciativas, tanto telhado verde como água de chuva e captação de energia solar. Sendo bem sincero, eu não me recordo da questão de painéis em favela, mas até vou sinalizar esse ponto. Porque caso a gente não o tenha explícito, de repente a gente ainda vai fazer algum ajuste finalzinho para deixá-lo mais explícito. Mas independente disso, tanto captação de energia solar quanto água de chuva e telhados verdes estão bem presentes no documento como um todo.

Cezar Kirszenblatt: Primeiro, agradecer ao presidente a preocupação de nos manter reunidos mesmo na pandemia com apresentações fundamentais para a gente conhecer e estudar. Depois, parabenizar o Daniel pela apresentação e a preocupação de um planejamento 2050, daqui 30 anos. Dentro desse âmbito do planejamento estratégico, eu anotei aqui alguns pontos.

- Primeiro que esse planejamento já nasce um pouco, nesse ano especificamente, com um problema sério. Que a gente acaba de fazer um planejamento e logo em seguida, durante o próprio planejamento, nós temos a pandemia, que terá um efeito devastador em várias cidades, principalmente nas áreas urbanas ou metropolitanas, melhor dizendo até. Nesse âmbito, eu gostaria de tratar a questão dos espaços públicos. Tem uma questão, um espaço público da AP1, no Centro, eu vejo assim com um problema sério de abandono, o que já acontecia ali na região da Mauá, espaços não aproveitados. Aí, no sentido de espriar, mas negativamente, no sentido de abandono de prédios comerciais ali na região da Rio Branco, pegando na Mauá até o Castelo, até a área da beira-mar no final, isso me preocupa. Hoje, é uma região que está bastante abandonada, restaurantes fechados, diferentemente do que aconteceu com os bairros, os bairros não foram tão afetados. Eu que moro no Flamengo, assim como o Jailson, o comércio aqui não foi tão afetado como o comércio do Centro. Obviamente, também suas salas comerciais e todos os aspectos. Bom, a questão do home office etc, isso tem que ser repensado urgentemente, acho que mereceria até, não mudando o planejamento 2050, mas um adendo especial.

- Na questão de apropriação de espaços públicos, eu quero saber se há algum estudo, alguma aplicabilidade na área de pequenos negócios. Eu vejo, por exemplo, ali na região do Aterro trailers muito bem montadinhos etc, mas não sei se há uma política muito bem organizada em relação a isso. Isso é um exemplo de apropriação de espaços públicos, pode acontecer na Quinta da Boa Vista, etc. Que poderiam até ajudar exatamente na manutenção.

- Um outro ponto que eu também gostaria de saber, que eu não vi também esse aprofundamento. Na parte de compras sustentáveis, abordagem de compras locais, principalmente com pequenos negócios. A lei geral já permite isso até 80 mil reais, o privilégio as prefeituras podem dar para pequenos negócios, ou seja, não só as compras pela prefeitura, mas também as compras locais dos habitantes ou visitantes da cidade, isso é muito importante, compra sustentável ser valorizada. A questão da economia e inovação, que é tratado também na "Igualdade e Equidade", ali está sendo pensado na questão da economia criativa? Esse é um ponto. Se falou da região da Leopoldina, acho que foi o Jailson, que pouco se valorizou a melhoria da zona da Leopoldina em detrimento ao espraio para a zona Oeste. Aí, entra uma questão conflituosa, o plano valoriza muito a agroecologia, que estava muito sedimentada na cidade ali na região de Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz. Se essa região começa a receber um adensamento urbano, populacional, conjuntos habitacionais comandados pela milícia ou não, isso me preocupa. Porque a gente acaba tirando o viés da agroecologia daquela região, seja de plantas ornamentais, que já existe ali em Guaratiba um polo, como também da área de alimentos, que podia ser muito mais pensado. Por último e não menos importante, a questão da AP1. Poderia ser pensado tipos de incentivo que o planejamento, não sei se cabe no próprio projeto do planejamento estratégico, por exemplo, caso a AP1 seja realmente a mais afetada no pós pandemia, se poderia ter algum tipo de incentivo. Só colocando e finalizando, eu estive em São Paulo há uns anos atrás e eu passei na região da cracolândia. Na época, o prefeito Dória fez uma coisa interessante, ele incentivou a ida de empresas, por exemplo, de call center para aquela região. O entorno daquela região estava totalmente abandonado como está hoje o centro da cidade, uma parte do centro velho deles. Ele, obviamente, fez redução, isenção de IPTU, uma série de incentivos fiscais e atraiu grandes empresas com ocupação dos prédios comerciais. Deu mais vida, eu mesmo presenciei isso, não sei como está hoje, já se passaram alguns anos, não sei se a política é mantida pelo Bruno Covas, mas acho uma bela reflexão. Só como conclusão, eu acho que o planejamento 2030, que acaba de ser realizado, ele nasce um pouquinho com a urgência de um complemento de um curto prazo para não deixar a cidade abandonada, no sentido de planejamento mesmo nos próximos anos que serão sensíveis para a cidade. É isso, desculpa a demora da colocação.

Daniel Mancebo: Foi muito pertinente a sua colocação porque eu acabei não falando no decorrer da apresentação da nossa preocupação com a questão da pandemia e não poderia ser diferente. A gente está fazendo um plano que vai ser publicado, mas que não contemplasse discussões relativas à Covid,

eu não falei desse tema. Foi ótima a sua pergunta até para poder explicar esse ponto. Foi uma coisa muito interessante, a gente estava em um processo muito intenso de construção do plano até final de dezembro de 2019. Tínhamos acabado de realizar os encontros presenciais, encontros com as crianças, estávamos fazendo toda a avaliação que levou cerca de três meses e tínhamos um workshop de mitigação, na verdade, de adaptação às mudanças climáticas em março. Cezar, nós fizemos o workshop no dia 15 ou 14 de março, reunimos 90 pessoas discutindo o planejamento e na semana seguinte a cidade estava fechada. Foi muito interessante porque a gente fez no limite da pandemia e depois de então a gente teve que ressignificar muita coisa. Os nossos prazos ainda não tinham sido postergados, a gente ainda ia concluir o plano em junho naquele momento. E a gente estava se colocando a seguinte questão: como a gente vai fazer com que o plano incorpore essa dimensão? Que ele possa absorver essa discussão, que na realidade é uma discussão que não é de agora. Se a gente for pensar bem, os pontos nevrálgicos que a gente vem discutindo, habitação, saúde pública de qualidade, saneamento básico, moradia.

- Claro, a questão da pandemia tem um aspecto epidemiológico específico, mas tem aspectos estruturais da cidade que têm que ser atacados, não são problemas de agora. Então, no fim das contas foi muito interessante esse processo para nós porque a gente teve que fazer uma reflexão do próprio plano. E ele sai já ajustado em relação a pandemia, a gente não está entregando um plano descontextualizado, pelo contrário. A gente vai ter, inclusive, alguns selos por ação, estamos chegando em um nível muito detalhado para dizer quais são as ações que tornam a cidade mais sustentável, resiliente do ponto de vista do impacto da pandemia e que precisam ser realizadas. Ao mesmo tempo, nos permitiu dar essa luz necessárias para agendas que são históricas e outras que poderiam estar passando despercebidas como a própria questão da epidemiologia, da vigilância epidemiológica em geral.

- A gente tem propostas, metas e ações relacionadas ao núcleo de saúde urbana que permita alertas mais expeditos, temos uma série de ações encadeadas a isso. Além disso, a gente ainda se ressignificou porque a gente tinha vários outros eventos previstos no meio da pandemia e, obviamente a gente não ia poder realizá-los presencialmente. A gente tinha o seminário do plano com mais de 200 pessoas apoiado pela ONU Habitat. A gente teve que ressignificar, então fizemos uma série de encontros, de webinars com uma série de especialistas. Tivemos que ressignificar, inclusive, o processo de engajamento, de discussão porque não parou, a gente continuou trabalhando direto. Falando sobre os pontos específicos, em relação ao home office, temos algumas ações específicas falando da necessidade de estudos e novas legislações, isso está presente no plano, assim como a questão da própria reorganização das edificações residenciais no sentido de apesar o trabalho em casa, tem aí uma discussão importante também nesse sentido.

- Em relação ao Centro, já estava na nossa linha de trabalho, já tinha sido colocado no diagnóstico a necessidade de trazer uso residencial para o Centro, olhamos com mais detalhe para essa necessidade de revitalização da área central. Em relação a espaços públicos, a gente tem alguns instrumentos ressaltados, por exemplo, o caso de adoção de espaços públicos, isso de maneira mais explícita que eu me lembro aqui. Mas há outros instrumentos previstos para que os projetos de revitalização sejam projetos mais sustentáveis, com uma implantação mais adequada, que privilegie o pedestre, o ciclista, que valorizem a questão do comércio local, existe essa previsão nas ações e nas metas.

-Em relação a pequenos negócios, é um bom ponto. A gente coloca a questão da economia criativa de maneira muito clara, mas em relação a pequenos negócios, eu confesso que não me lembro se há alguma menção nesse sentido. Creio que haja, mas é um ponto para eu tomar nota e se não estiver explícito, a gente conseguir colocar. Em relação a compras sustentáveis, há, sim, uma parte no plano que trata disso, é uma discussão que vem há algum tempo na prefeitura, a gente tem critérios de sustentabilidade em compras, que valorizem determinadas particularidades de sustentabilidade, mas

a gente não conseguiu avançar nisso ainda, mas a gente coloca como um ponto a ser desenvolvido. Tem uma dificuldade operacional para isso em termos de governança, a máquina da prefeitura funciona de maneira muito redondinha para uma série de coisas. Então, quando a gente traz critérios novos de compras, coisas dessa natureza, tem uma questão de governança que precisa ser tratada, complexa. Em geral, é bem complexo, mas para a gente é muito relevante. Temos metas específicas de compra de material, de insumo e também de prestação de serviços que a prefeitura contrate que respeitem critérios de sustentabilidade. Duas metas explícitas dessa natureza.

- Em relação aos incentivos, nós colocamos alguns mas sem entrar em detalhes porque o plano é macro e, também, por conta da situação econômica atual da prefeitura. No entanto, dependendo da forma com que novas legislações abarquem a área central, poderão ser trazidos outros tipos de incentivo, em termos de parceria, de atratividade de investimentos ou melhorias de produção de negócios ou até mesmo incentivos urbanísticos.

Pedro Da Luz: Parabéns pela apresentação, Daniel. Eu tenho três questões para colocar muito rapidamente. A primeira delas é: como você vê, dentro da sistemática de planejamento geral da cidade, que esse plano se insere? Eu vejo uma quantidade enorme de planos sendo desenvolvidos – estratégicos, diretores – e fico muito preocupado com o sistema de planejamento da cidade e com o rebatimento disso frente à população. É importante – e eu acho que você concorda comigo – reforçar a hierarquia dos planos, em que o plano diretor seria o principal deles. A outra questão, que também já foi levantada aqui, se refere à matriz energética. Na verdade, é sobre a ideia de tentar coordenar localmente, regionalmente, algumas questões sobre essa matriz. A terceira pergunta se refere especificamente ao negócio imobiliário: eu acho que a prefeitura tem um papel fundamental na pulverização de empreendimentos e é importante viabilizar isso por meio de microempreendedores. Não são exatamente questões para serem respondidas, mas para trazer uma reflexão para a área de planejamento da cidade.

Daniel Mancebo: Obrigado, Pedro! Eu também compartilho dessas opiniões que você manifestou. Vou começar com a estrutura de planejamento. A prefeitura tinha um planejamento muito setorializado, principalmente depois da extinção da secretaria de planejamento nos anos 80. Houve um afastamento muito grande entre os diferentes planejamentos. Esse não é o único, mas é um dos motivos que trazem essa impressão dos excessos, em termos de planos e da falta de conexão entre eles. Por isso, é muito importante ter um planejamento centralizado, então a recriação da subsecretaria de Planejamento foi fundamental para que a gente pudesse dialogar com as diferentes áreas setoriais numa única direção.

- Eu também acho que o Plano Diretor tem uma importância fundamental, então a gente vem trabalhando com a equipe do Plano Diretor porque a gente entende que os dois instrumentos estão muito imbricados. A gente vem discutindo a questão das políticas e das ações e temos avançado muito nisso. Muitas vezes, o nosso principal problema não é o número de planos porque a gente precisa do plano para dar visibilidade a uma questão setorial, mas é a desconexão entre eles. Então, uma das nossas responsabilidades na Casa Civil é fazer com que haja essa integração.

- Em relação à energia, essa ferramenta do benchmarking energético pode ajudar um pouco nesse sentido, porque a ideia é ter dados por região e dados por edificação, por unidade. A Enguia é a empresa contratada que está fazendo esse desenvolvimento.

- Por fim, eu concordo com a questão dos pequenos negócios. Nas linhas de Patrimônio Cultural, tem propostas nesse sentido, de incentivo não só da revitalização dessas áreas, mas de como torná-las úteis e com uma função social mais clara para a cidade.

O presidente do IPP, Paulo Cesar Amendola, depois de agradecer aos presentes, encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.